

## **23ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO**

### **PROGRAMA DE ESTÁGIO**

DATA DE REALIZAÇÃO: **28/04/2019 (domingo)**

#### **INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:  
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);  
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);  
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);  
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);  
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);  
08 (oito) questões sobre JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
3. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
4. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
5. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
8. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
9. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
10. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
11. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <http://www.jfgo.jus.br>, Menu “Concursos”, “Estágios”.

**BOA SORTE!**

## DIREITO PENAL

### 1. A autoridade Policial que efetua a prisão de quem é encontrado em flagrante delito atua nos limites da (o):

- a) Legítima defesa de terceiros.
- b) Estado de necessidade
- c) Estrito cumprimento de dever legal.
- d) Exercício regular de direito.

### 2. Relacione os blocos abaixo e assinale a sequência CORRETA:

- I - Crime tentado
- II - Crime consumado
- III - Crime culposo
- IV - Crime doloso

- ( ) quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- ( ) quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- ( ) quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- ( ) quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

- a) I, III, IV, II.
- b) II, III, IV, I.
- c) III, IV, I, II.
- d) I, IV, III, II.

### 3. Em relação aos elementos constitutivos do crime, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- b) A desistência voluntária é sempre causa de extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer responsabilidade pelos atos já praticados.
- c) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- d) O Código Penal considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

### 4. Em relação ao concurso de crimes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Há concurso material quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes.
- b) O concurso material de crimes exige a soma das penas cominadas.
- c) O Código Penal Brasileiro não admite a aplicação do concurso material benéfico.
- d) A distinção entre o concurso formal próprio e o impróprio é uma construção jurisprudencial, não havendo previsão legal que a determine.

**5. São espécies de penas previstas no Código Penal, EXCETO:**

- a) Privativa de liberdade.
- b) Restritiva de direitos.
- c) Banimento.
- d) Multa.

**6. Em conformidade com a Lei nº 4.898/65, constitui abuso de autoridade qualquer atentado:**

- I - à inviolabilidade do domicílio.
- II - à liberdade de locomoção.
- III - à liberdade de associação.
- IV - à incolumidade física do indivíduo.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I, II e IV.
- b) Somente os itens I e II.
- c) Somente os itens I e IV.
- d) Todos os itens.

**7. Assinale a alternativa que contém apenas crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral:**

- a) Peculato, corrupção passiva e concussão.
- b) Peculato e descaminho.
- c) Recepção, tráfico de influência e advocacia administrativa.
- d) Corrupção ativa, desobediência e prevaricação.

**8. João subtraiu a carteira de Pablo e, logo após, deu-lhe um soco, a fim de garantir a detenção da coisa. Diante dessa situação, o crime cometido por João foi:**

- a) Lesão corporal grave.
- b) Roubo.
- c) Furto.
- d) Extorsão indireta.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**9. O art. 7º do CPC, ao assegurar às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, está a garantir a aplicação de qual princípio?**

- a) Princípio do juiz natural.
- b) Princípio do contraditório.
- c) Princípio da ampla defesa.
- d) Princípio da isonomia.

**10. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade (art. 277 do CPC). Trata-se do princípio da(o):**

- a) isonomia.
- b) inafastabilidade da jurisdição.
- c) instrumentalidade das formas.
- d) devido processo legal.

**11. Assinale a alternativa INCORRETA:**

A respeito do direito de ação, pode-se afirmar:

- a) É direito de obter a tutela judicial efetiva por parte dos juízes ou tribunais.
- b) É direito público objetivo.
- c) É direito abstrato, porquanto independe do resultado final do processo.
- d) É assegurado na Constituição Federal.

**12. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:**

- I - o réu estiver domiciliado no Brasil.
- II - a obrigação tiver que ser cumprida no Brasil.
- III - as partes se submeterem à jurisdição nacional.
- IV - o fundamento seja fato ocorrido no Brasil.

Em relação às afirmações supra, é CORRETO afirmar:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

**13. O direito de consultar os autos do processo que tramita em segredo de justiça é restrito:**

- a) às partes.
- b) aos procuradores das partes.
- c) às partes e seus procuradores.
- d) às partes e ao terceiro que demonstrar interesse jurídico.

**14. Durante as férias forenses e nos feriados, em regra, não se praticarão atos processuais. Para efeito forense são considerados feriados:**

- I - os dias declarados em lei.
- II - os sábados.
- III - os domingos.
- IV - os dias em que não haja expediente forense.

Em relação às afirmações supra, é CORRETO afirmar:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

**15. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado. A Nulidade poderá ser decretada:**

- a) somente após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- b) somente após a intimação dos procuradores das partes, que se manifestarão sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- c) somente após a intimação dos procuradores das partes e do membro do Ministério Público, que se manifestarão sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- d) sem a necessidade de manifestação dos procuradores das partes ou do membro do Ministério Público.

**16. Ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o juiz determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência:**

- a) será concedido novo prazo, de 10 (dez) dias, para que o autor emende ou complete a petição inicial.
- b) será concedido novo prazo, de 05 (cinco) dias, para que o autor emende ou complete a petição inicial.
- c) será determinada a citação da parte ré para que apresente sua defesa, dando-se seguimento ao processo.
- d) a petição inicial será indeferida.

**17. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - a morte de qualquer das partes é causa de extinção do processo.
  - II - a morte do representante legal de qualquer das partes é causa de suspensão do processo.
  - III - a perda da capacidade processual do procurador de qualquer das partes é causa de suspensão do processo.
  - IV - a perda da capacidade processual do representante legal de qualquer das partes é causa de extinção do processo.
- a) Somente as alternativas I e III estão corretas.
  - b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
  - d) Somente as alternativas I e IV estão corretas.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**18. A Constituição Federal de 1988, quanto ao processo de mudança, pode ser classificada como:**

- a) Semirígida, por admitir alteração no seu conteúdo, salvo em relação às cláusulas pétreas.
- b) Rígida, por admitir a alteração do seu conteúdo por meio de processo mais rigoroso e solene que o processo das leis comuns.
- c) Flexível, por admitir alteração por iniciativa do Presidente da República e dos membros do Congresso Nacional.
- d) Semi-imutável, por admitir alteração no seu conteúdo, inclusive das cláusulas pétreas.

**19. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Mandado de segurança será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- c) Mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou até mesmo, para retificação de dados em alguns casos.
- d) habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.

**20. Em tema de direitos e garantias fundamentais assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- c) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- d) A prática de racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito às penas de reclusão, detenção ou multa.

**21. Dentre as assertivas abaixo, NÃO é da competência dos juízes federais, processar e julgar:**

- a) Disputa entre direitos indígenas.
- b) Contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- c) Causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- d) Causas referentes à nacionalidade e à naturalização.

**22. Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O exercício do controle difuso de constitucionalidade é reconhecido a todos os membros do Poder Judiciário, num caso concreto.
- b) quando a Câmara dos Deputados desaprova emenda constitucional que altera cláusula pétrea está realizando controle difuso de constitucionalidade.
- c) o controle difuso é realizado previamente ao ato normativo.
- d) o controle difuso de constitucionalidade concentra-se no chefe do Poder Executivo que veta projetos de lei que violam as disposições constitucionais.

**23. Quanto ao meio ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Cabe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo.
- b) É um bem de uso comum do povo.
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica por ele apresentada.
- d) Incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

**24. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta:**

- a) De dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) De Governador da Unidade da Federação.
- c) Mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros, com manifestação de apoio pelo respectivo Governador da unidade.
- d) Do Presidente da República.

**25. Determinada matéria constitucional, objeto de proposta de emenda, foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Considerando esse fato, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Pode ser objeto de nova proposta desde que encaminhada pelo Presidente da República.
- b) Não pode ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.
- c) não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo se possuir apoio de dois terços do Senado Federal.
- d) Não pode ser objeto de proposta na vigência da Constituição.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**26. Dentre os princípios do Direito Administrativo abaixo indicados assinale aquele que não está explícito na Constituição Federal de 1988.**

- a) Legalidade.
- b) Publicidade.
- c) Autotutela.
- d) Moralidade.

**27. A propósito do controle que a Administração exerce sobre seus próprios atos, é CORRETO afirmar:**

- a) é controle de legalidade e de mérito, que pode ter como consequência, respectivamente, a revogação ou a anulação do ato controlado.
- b) é controle de legalidade e de mérito, que pode ter como consequência, respectivamente, a anulação ou a revogação do ato controlado.
- c) é controle restrito à legalidade e pode ter como consequência a anulação do ato administrativo controlado.
- d) é controle restrito ao mérito e pode ter como consequência a revogação do ato administrativo controlado.

**28. Assinale a alternativa CORRETA:**

Os juízes federais e os procuradores da república são agentes públicos classificados como:

- a) agentes administrativos.
- b) agentes políticos.
- c) agentes honoríficos.
- d) agentes delegados.

**29. A respeito do cargo público é INCORRETO afirmar:**

- a) É criado por lei ou por decreto.
- b) Seu provimento pode ser em caráter efetivo ou em comissão.
- c) O valor devido em razão do seu exercício é pago pelos cofres públicos.
- d) Está relacionado a uma função pública.



**30. Em relação ao ato administrativo, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - É espécie do gênero “ato jurídico”.
  - II - É manifestação unilateral de vontade da Administração Pública.
  - III - Está sujeito ao regime jurídico de direito privado.
  - IV - Está sujeito ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- 
- a) Todas as alternativas estão corretas.
  - b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
  - d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

**31. Dentre os atributos abaixo relacionados assinale aquele que remete à ideia de que o ato administrativo deve corresponder a formas previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinado resultado:**

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Tipicidade.
- d) Autoexecutoriedade.

**32. Assinale a alternativa INCORRETA:**

Considerando o objetivo a que se destinam, os bens públicos podem ser classificados como:

- a) dominicais.
- b) de uso comum do povo.
- c) de uso especial.
- d) federais, estaduais, distritais ou municipais.

**33. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - A desapropriação tem como pressupostos a utilidade ou a necessidade pública e o interesse social.
  - II - A necessidade pública se caracteriza por situações de urgência ou de emergência, cuja solução exija a desapropriação do bem.
  - III - Na desapropriação por interesse social fica evidenciado o preceito segundo o qual a propriedade deve atender a sua função social.
- 
- a) Todas as alternativas estão corretas.
  - b) Somente as alternativas I e II estão corretas.
  - c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
  - d) Somente as alternativas I e III estão corretas.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 34. Acerca dos princípios processuais penais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei processual penal não admite a aplicação analógica, em obediência ao princípio da legalidade estrita.
- b) O princípio da intranscendência garante que a lei nova não prejudicará a coisa julgada.
- c) O contraditório é um direito fundamental que deve ser observado, com exclusividade, no curso das investigações policiais.
- d) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

### 35. Sobre a Lei Processual Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Havendo nova lei processual penal, os atos praticados na vigência de lei anterior serão considerados nulos.
- b) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- c) Aos crimes previstos em leis especiais não se aplica o Código de Processo Penal.
- d) A lei processual penal sempre retroagirá para beneficiar o réu.

### 36. Em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.
- b) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- c) A natureza do inquérito policial é administrativa.
- d) O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia.

### 37. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito às provas obtidas por meios ilícitos:

- a) A consequência processual da declaração de ilegalidade de determinada prova obtida com violação às normas constitucionais ou legais é a nulidade do processo com a absolvição do réu.
- b) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, não comportando qualquer exceção.
- c) A interceptação das comunicações telefônicas depende de ordem do juiz, considerando-se ilegal aquela realizada por ordem de autoridade policial.
- d) É lícito o cumprimento de mandado de busca e apreensão em período noturno, independentemente do consentimento do morador.

**38. Sobre jurisdição e competência no processo penal, analise as assertivas:**

- I - Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.
- II - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar os crimes praticados em detrimento de Sociedade de Economia Mista.
- III - Todas as contravenções penais praticadas em detrimento de bens da União serão pela Justiça Federal julgadas.
- IV - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as assertivas I e II.
- b) As assertivas I, II e III.
- c) Apenas as assertivas II e IV.
- d) As assertivas I e IV.

**39. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A legitimidade para o ajuizamento de Habeas corpus não exige capacidade postulatória.
- b) O habeas corpus é instrumento legítimo contra decisão condenatória a pena de multa.
- c) O habeas corpus pode ser concedido de ofício pelo juiz.
- d) Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.

**40. No que diz respeito às ações penais, marque a alternativa CORRETA:**

- a) A ação penal pública incondicionada poderá ser proposta por defensor público.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) A denúncia é a peça acusatória inaugural das ações penais públicas.
- d) A ação penal privada rege-se pelo princípio da obrigatoriedade.

**41. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A prisão preventiva só poderá ser decretada, quando presentes os requisitos, durante o processo penal.
- b) A prisão temporária só é cabível em relação aos crimes hediondos.
- c) Há crimes que não admitem liberdade provisória, ainda que sem fiança.
- d) A prisão em flagrante independe de ordem judicial.

**42. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Não poderá o Ministério Público interpor recurso de apelação, uma vez que exclusivo da defesa.
- b) As apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.
- c) Não caberá recurso de apelação de sentença definitiva absolutória proferida por juiz singular.
- d) O conhecimento do recurso de apelação do réu depende de sua prisão.

## JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

**43. Relativamente aos juizados especiais cíveis no âmbito da Justiça Federal, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o Valor de 50 (cinquenta) salários mínimos, bem como executar suas sentenças.
- b) É vedada a aplicação da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 24 (vinte e quatro) parcelas não poderá exceder o valor máximo pré-estabelecido.
- d) o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

**44. Sobre os juizados especiais federais assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É possível a intimação das partes por via postal.
- b) Em sede de JEFS é admitida a prática de ato processual pela própria parte, exceto em caso de recurso.
- c) Admite-se a sentença condenatória ilíquida quando o pedido tiver sido genérico.
- d) Quando exigirem as circunstâncias poderá o juiz determinar o funcionamento de Juizado Especial em caráter itinerante.

**45. O Juizado Especial Federal visa obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais. Assinale o princípio que diz respeito a esse objetivo:**

- a) Economia Processual.
- b) Oralidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Legalidade.

**46. Acerca dos Juizados Especiais Federais assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É de 10 (dez) dias o prazo para interposição de recurso contra sentença, cabendo o julgamento à Turma Recursal.
- b) No foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial a sua competência é absoluta.
- c) Para evitar dano de difícil reparação, é permitido ao juiz deferir, de ofício ou a requerimento das partes, medidas cautelares no curso dos processos dos JEFs.
- d) Nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.

**47. No que concerne aos Juizados Especiais Federais Cíveis, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Podem ser partes, como rés, as fundações e empresas públicas federais.
- b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive interposição de recursos.
- c) podem ser partes, como autoras, quaisquer pessoas jurídicas.
- d) Incluem-se na sua competência as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

**48. Nos termos da Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar as causas:**

- a) Referentes à desapropriação, divisão e demarcação de terra e execuções fiscais.
- b) Que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- c) Para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- d) Que tenham por objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.

**49. No que diz respeito aos recursos nos Juizados Especiais Federais, é INCORRETO afirmar:**

- a) Somente será admitido recurso da sentença definitiva. Todavia, as medidas cautelares deferidas no curso do processo para evitar dano de difícil reparação também podem ser objeto de recurso.
- b) Não se exige preparo do recurso, mesmo que a parte recorrente não seja beneficiária da assistência judiciária gratuita.
- c) O recurso será recebido apenas no efeito devolutivo, podendo ser atribuído efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte.
- d) o prazo para interposição de recurso de sentença é de 10 (dez) dias, cabendo o julgamento à Turma Recursal.

**50. Analise as seguintes assertivas, acerca dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal, e assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Nos processos de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.
- b) Os representantes judiciais da União têm a possibilidade de conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal.
- c) Não é admitida a prova pericial, tendo em vista o rito célere dos JEFS.
- d) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS

## **PÁGINA EM BRANCO (RASCUNHO)**

## QUESTÃO DISCURSIVA

### INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente o enunciado proposto;
2. Sugere-se utilização de todas as linhas disponibilizadas para a resposta (30 linhas no máximo);
3. O texto-resposta deve ser claro, objetivo, coeso, coerente e observar a norma culta da língua portuguesa;
4. Serão avaliados conteúdo jurídico, capacidade de argumentação e raciocínio, coesão e coerência do texto, além da observância às normas ortográficas e gramaticais;
5. Entregue ao terminar a prova, mesmo que em branco, juntamente com o cartão de respostas.

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

**51. Discorra em até 30 linhas sobre liberdade de expressão, abordando:**

- a) Previsão constitucional;**
- b) Limites à liberdade de expressão;**
- c) Manifestações nas redes sociais.**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Atenção Candidato(a): não preencher o espaço abaixo.**

Nota do(a) Candidato(a):

Comentários do Juiz Avaliador (se necessário):

Carimbo e assinatura do Juiz Avaliador:



[illegible]